

“O GOVERNO SÓ REAGE SOB PRESSÃO DO EXTERIOR”

José Varella



● **BELÉM** — Ao desembarcar no Acre em 1978 para trabalhar na tese de mestrado sobre o movimento de seringueiros, a antropóloga paranaense Mary Helena Alegretti, de 43 anos, jamais imaginaria a guinada que daria em sua vida. Ao lado de líderes como Chico Mendes e Julio Barbosa, testemunhou o surgimento do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS). Viu Chico liderar empates contra os fazendeiros e conheceu a persistência da luta pela sobrevivência dos povos da floresta. Atualmente presidindo o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), que ela fundou em 1986, Mary Alegretti acusa o governo brasileiro, na questão do meio ambiente, de privilegiar a imagem internacional e dar “pouca atenção às demandas da comunidade ambientalista nacional”.

Ronaldo Brasiliense

Como a senhora avalia a política ambiental do governo Collor?

— Acho que o governo está privilegiando a imagem e a pressão externas e dá pouca atenção às ações internas e à demanda da comunidade ambientalista nacional. Como isso se expressa? Primeiro, a gente só consegue fazer o governo reagir mediante pressão internacional. Por mais que a nossa pressão se exerça cotidianamente, os efeitos são sempre pequenos. A gente precisa sempre recorrer à denúncia internacional para que alguma coisa aconteça. Isso é ruim, porque está na hora de privilegiar as demandas e as prioridades da comunidade ambientalista nacional. Por exemplo: desde o começo do governo Collor vem-se falando das restrições orçamentárias para a política de meio ambiente, seja para o Ibama, seja para o Fundo Nacional de Meio Ambiente. Em nenhum momento esse tipo de prioridade foi levado em consideração. Os recursos do Fundo só foram liberados em outubro para serem gastos até dezembro. Há uma nítida inversão de prioridades.

— E a atuação do secretário José Lutzenberger?

— Lutzenberger está dando muita importância a formar uma nova opinião pública internacional sobre a política de meio ambiente no Brasil, em detrimento das urgências da execução dessa política a nível nacional.

— O que o governo Collor deveria fazer a curto prazo na política ambiental?

— O Fundo Nacional é importante por ser um mecanismo muito democrático e englobar os projetos mais variados originários da sociedade civil. Nesses últimos 18 meses, houve uma grande omissão do governo em relação ao desenvolvimento de iniciativas das populações da floresta. Essa área, que é extremamente promissora, valorizada, e que

poderia dar resultados importantes em termos de imagem internacional e ter um grande efeito social e ambiental na região amazônica, foi relegada a um último plano. Principalmente durante a gestão da Tânia Munhoz no Ibama, não houve nenhuma ação que pudesse facilitar a vida das pessoas que estão protegendo a floresta.

— A imagem do Brasil melhorou no exterior durante o governo Collor?

— Olha, não tenho me dedicado muito este ano à questão internacional. Mas falam que a ida do Lutzenberger para fora, muitas vezes, mudou realmente a opinião pública a respeito do Brasil. O efeito dessas viagens do Lutzenberger e da postura internacional dele obviamente foi positivo para o governo brasileiro. Mas acho que há uma distância enorme entre essa imagem externa e as reais realizações internas. Para nós, que estamos acompanhando o dia-a-dia da política ambiental, não houve em nenhum momento uma significativa troca de experiências, nenhuma agenda de trabalho entre o Lutzenberger e a comunidade ambientalista brasileira.

— A Secretaria do Meio Ambiente é obsoleta? O Ibama daria conta do recado?

— As funções deveriam ser complementares. O Ibama tem três órgãos dentro e fica muito difícil fazer qualquer coisa. E, além disso, existe um vício na política de meio ambiente em geral — nos técnicos, nas diretorias —, que é pensada em termos muito tradicionais, ainda no sentido de fiscalização e conservação. Ainda não se assimilou a idéia de que a questão

ambiental deve ser encarada como parte da questão do desenvolvimento, da questão social. Essa correlação entre meio ambiente e sociedade não está expressa na prática dos órgãos do meio ambiente, seja na Semam, ou no Ibama. Ainda existe aquela mentalidade antiga de que política de meio ambiente significa fiscalizar ações predatórias ou ficar preocupado com os impactos das ações, e não incentivar e priorizar as iniciativas que apontam para a articulação entre a questão econômica e a social.

— Qual seria um exemplo dessa articulação?

— Desde o início do governo Collor e até agora, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e o Conselho Nacional de Seringueiros apresentaram três propostas de políticas públicas nessa direção. A primeira foi o Programa Nacional de Reservas Extrativistas, que queria criar o maior número de áreas protegidas para as populações tradicionais e desenvolver programas econômicos e sociais visando o desenvolvimento sustentável dessas áreas. A segunda, uma comissão especial de política extrativista com formas de gestão entre o poder público e a sociedade civil, onde se definisse as linhas dessa política de desenvolvimento sustentável em combinação entre o governo e a sociedade. E a terceira foi a proposta para uma nova política para a borracha, adequada às reservas extrativistas e às reservas indígenas. Essas três políticas

públicas são absolutamente inovadoras, têm a ver com o potencial dos recursos da floresta, com esse mercado novo para produtos da floresta e com novas formas de gestão, mais democráticas. Nenhuma delas foi implementada.

— Então, no caso das reservas extrativistas houve um retrocesso do governo Sarney para o Collor?

— Um nítido retrocesso. Nesses últimos 18 meses não aconteceu absolutamente nada do ponto-de-vista governamental. Do lado não-governamental acho que até avançamos bastante, pois as reservas estão todas elas em plena atividade. As associações de moradores das reservas estão sendo criadas; programas econômicos e sociais estão sendo feitos. A única ação do governo foi iniciar a demarcação da reserva Chico Mendes. Isso é extremamente importante. Mas a regularização das reservas não foi feita e os programas previstos não foram colocados em prática. Perdemos 18 meses. Houve uma estagnação do governo. Isso é uma omissão muito grave, porque o Brasil tem poucas propostas novas para apresentar no cenário mundial. A fiscalização da Amazônia é uma obrigação, algo que o governo já assimilou e vem

fazendo. Agora, políticas inovadoras como essas que eu relacionei, extremamente significativas, não foram desencadeadas em nenhum momento. Houve um retrocesso e o Eduardo Martins vai ter condições de recuperar isso pelo menos até 92.

— Pesquisadores de renome como Philip Fearnside, do Inpa, e Alfredo Homa, da Embrapa, garantem que as reservas extrati-

vistas não têm viabilidade econômica. A senhora concorda?

— Não. Acho que o retorno econômico que as reservas podem dar aos povos da floresta não é imediato. As populações são extremamente pobres e somos os primeiros a admitir que a pobreza é algo inimaginável dentro da floresta. Mas a pobreza deles resulta do sistema de aviação, e não da floresta. É resultado do sistema social e econômico de comercialização dos produtos da floresta. Há mais de 100 anos a Amazônia exporta produtos importantes — é claro que, hoje, a pauta principal de exportação não são os produtos extrativistas, mas eles têm uma importância na economia regional. Acontece que o sistema de exploração é monopolizado: são poucas pessoas que comercializam esses produtos e nunca houve nenhuma renda para o coletor. Então a pobreza, em primeiro lugar, é resultado de cem anos de exploração num sistema monopolizado. A reserva extrativista não consegue mudar esse sistema em dois ou três anos — é impossível. As reservas precisam de um tempo mínimo de 10 anos para poder mostrar sua viabilidade econômica. E isso é pouco se a gente pensar que o projeto Jari levou 20 anos para dar lucro, com grandes somas de dinheiro, inclusive recursos oficiais. O retorno, imediato é evitar o desmatamento, a migração e permitir a estabilidade dentro da floresta.

**As reservas
precisam
de 10 anos
para dar
um retorno**